COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS

REUNIÃO ORDINÁRIA - 29/06/06

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e seis, às quatorze horas e quarenta e seis minutos na sala de reuniões da Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, deu-se início, em terceira convocação, a Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite com a presença do Dr. Gismar, como presidente e demais membros: SESAU: Ruth Mercês Paranaguá/ Diretoria de Vigilância em Saúde; Suplente: Maria Luiza Salazar Freire/Assessoria de Planejamento; Karla Regina Miranda/LACEN; COSEMS: Aurea Maria Casagrande Luz SMS/Araguaína; Furtunato Soares Barros SMS/Gurupi; Odir Rocha SMS/ Palmas; contou também com a presença da Dra. Maria Rosely/Promotora de Justiça. O Sr. Presidente verificou o quorum e a paridade e deu início a reunião como segue: ITEM 01- Apreciação da Pauta: Foi lida e apresentados os pedidos de inclusões, exclusões e inversão da Pauta, que foram aprovados por consenso. ITEM 02: Apreciação das Atas das Reuniões Ordinárias realizadas nos dias 28/04/06, 01/06/06 e das Reuniões Extraordinárias dos dias 05/05/06 e 12/06/06: A Sra. Sonia Menelik Informou que a ata do dia 07/03/06 já havia sido aprovada, mas como a houve alteração na fala da Sra. Áurea, esta sendo distribuída copia novamente. A Sra. Aurea apresentou o material da reunião recebido por e-mail, demonstrando que esta havendo falha na transmissão, e que não está tendo como avaliar o material antes da reunião. Pediu então providências. A Sra. Maria Luiza disse que internamente, na SESAU, o e-mail está chegando normalmente. A Sra. Sonia Menelik informou que solicitou providencia da equipe de informática, e pediu sugestão de como proceder caso isto ocorra novamente. A Sra. Sonia Menelik falou que na reunião do dia 01/06/06, onde a Sra. Janete citou 47 itens, na verdade são 48 itens como no relatório. Foram aprovadas as atas dos dias 01/06/06, 05/05/06 e 12/06/06 e a ata do dia 28/04/06 será apreciada e aprovada na próxima reunião. ITEM 03 - Aprovação do Recurso da 1ª Etapa da Campanha da Vacinação contra Poliomielite: A Sra. Marlene disse que o total de recursos para a 1ª e 2ª etapa é de R\$ 291.864,00 (duzentos e noventa e um mil, oitocentos e sessenta e quatro reais), que foi distribuído aos municípios, R\$ 195.090,42 (cento e noventa e cinco mil, noventa reais e quarenta e dois centavos) e ao Estado R\$ 96.769,58 (noventa e seis mil, setecentos e sessenta e nove reais e cinquenta e oito centavos). E que a distribuição considerou a população, a dificuldade de acesso, a estrutura e extensão geográfica dos municípios. E acrescentou que ainda tem municípios solicitando veículo para a campanha, municípios que receberam veiculo e não atingiram as metas e sabe que tem área que não foi vacinada, e que ás vezes o município recebe o veiculo, recurso e equipe e não consegue chegar em determinadas áreas, por não fazer a parte deles. A Dra. Maria Rosely solicitou a Sra. Marlene para que encaminhe para o Ministério Público a lista dos municípios que não atingiram a meta. O Sr. Odir Rocha falou que, com relação a Palmas, a meta não foi atingida, pois o numero de crianças esta super estimado e falou dos casos das crianças de outros municípios que nascem nas maternidades como Dona Regina e Padre Luso, são consideradas como de Palmas, mas depois não se acha mais a criança para vacinar, citou também os casos das que vem para o município só para se consultarem. Esclareceu que foi usado o mesmo esquema, a mesma boa vontade e a mesma equipe da campanha de vacinação do idoso, que foi alcançado 93% de cobertura. E que o município de Palmas não está cumprindo a meta porque não existem mais crianças. O Sr. Emival de Guaraí afirmou que não atingiu a meta e que fez um "arrastão" no município mas não conseguiu encontrar as crianças. A Sra. Marlene disse

que acredita que quando não se atinge a meta, provavelmente alguém deixou de cumprir sua obrigação e esclarece que a meta geral do Estado também não esta sendo atingida. A Sra. Ruth disse que no SINASC é registrado o endereço da residência da criarça, a não ser que o endereço seja de parentes. Que isso precisa ser dimensionado. A Sra. Marlene acrescentou que a faixa etária menor de 01 ano é alcançada, mas a faixa de 01 a 04 anos não; E que Araguaína foi o primeiro município que atingiu meta de 100%. A \$ra. Áurea indagou que o recurso destinado não é suficiente para se fazer campanha, é necessário que o município invista mais do que o dobro, e que o Ministério deveria rever estes valores. Um dos motivos para Araguaína ter atingido as metas é o trabalho prévio feito com os agentes comunitários de saúde, que mais de 700 pessoas são colocados nas ruas no dia D, é investido em lanches, transportes, combustível e se utiliza até cavalos para se atingir determinadas áreas. A Sra. Marlene afirmou que existe um estudo para a revisão dos valores, e deixou claro que seu setor é o que tem mais contaio com os municípios, que é encaminhado o que o município necessitar. Disse que já recebeu denúncia de um cidadão perguntando onde fica a unidade de saúde pois ele não sabia onde ficava. A Dra. Rosely perguntou qual seria esse município e que se houver alguma criança que deixou de ser vacinada por negligência de seus responsáveis, também deve ser informado ao Ministério Publico. O Sr. Gismar disse que isso é descompromisso com a campanha de vacinação. A Sra. Ruth enfatizou a importância de um trabalho conjunto com os agentes comunitários, e a Sra. Marlene a de um coordenador de imunização A Sra. Maria Rosely disse que as reuniões da CIB são tão importantes que não poderia ficar só na gestão do SUS, que a ATM deveria ser convidada a participar, para levar informações para os prefeitos, pois o Secretário sozinho não faz saúde. E acrescentou que conhece clínicas privadas que estão cobrando vacinação. A Sra. Marlene falou que elas vacinam o que não está dentro da pública. A Sra. Maria Rosely disse que na rede privada uma criança quase foi a óbito por ter recebido vacina vencida, e que a VISA recolheu o lote inteiro e que o caso já está no Ministério Público. A Sra. Ruth fez um encaminhamento para que se discuta exclusivamente a questão de imunização em uma reunião da CIB. O Sr. Odir sugeriu que se trouxesse a defesa técnica de cada município que não atingiu sua meta na campanha para esta reunião. A Sra. Sonia marcará esta reunião em comum acordo com a Sra. Marlene, e convidarão a coordenadora de imunização de Araguaína para multiplicar sua Experiência. A distribuição do recurso para a campanha de vacinação foi aprovada por consenso. ITEM 04 - Apresentação dos relatórios de repasses HPP's: A Sra. Luiza relembrou que na reunião do dia 01 de junho, se comprometeu a trazer nesta reunião um relatório preciso, claro e objetivo com relação à periodicidade e regularidade destes repasses e que infelizmente não teve condições de fechar o relatório por problemas internos e pela complexidade do relatório em função da mudança de metodologia na forma do pagamento. A Sra. Áurea informou que o COSEMS solicitou aos municípios que informassem as pendências de repasse financeiro pelo Estado ao seu município relativo a: HPP, PSF, medicamentos, Saúde Escolar e SAMU. E que recebeu resposta dos seguintes municípios, sendo que apenas Tupirama se manifestou dizendo não haver nenhum atraso de repasse. Os outros municípios são: Palmas, Araguanã, Lagoa da Confusão, Cristalândia, Presidente Kennedy, Paraíso do TO, Ananás, Natividade, Axixá, Colinas, São Valério, Filadélfia, Dois Irmãos, Carrasco, Figueirópolis, Bernardo Sayão, Cachoeirinha, Colméia, Sampaio, Pau D'arco, Guaraí, Araguaína e Gurupi. Foi entregue copia destes documentos ao Presidente da CIB, e solicitam providencias. A Sra. Luiza falou dos problemas causados pela

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

mudança na forma de pagamento dos hospitais que passaram a ser HPPs, que deixaram de receber por procedimentos e passaram a receber um valor fixo. Os representantes do COSEMS declararam que querem saber sobre todos os repasses, e não somente os relativos aos HPPs, que querem uma planilha semelhante à apresentada pela Farmácia Básica para cada projeto (HPPs, PSF, SAMU e Saúde do Escolar). A Sra. Áurea citou novamente a questão da forma que o Estado está adotando para transferir os repasses fundo a fundo, que divergem da normatização do MS. A Sra. Luiza informou que pela NOAS o Tocantins se habilitou na condição de Gestão Plena do Sistema Estadual e então tem a prerrogativa de criado o Fundo Estadual de Saúde (ou melhor, revisto), pois já havia sido criado em 1994, o Estado passa a ter a prerrogativa de adotar como modalidade de recurso, além do convênio, o fundo a fundo, que é outro mecanismo que deve ser regulamentado. A Sra. Áurea perguntou porque os municípios não recebem, já que se habilitaram. A Sra. Luiza acrescenta que o Estado adotou na formulação da política do SUS, quatro políticas que são: HPP, PSF, SAMU e Saúde Escolar na modalidade fundo a fundo. E cada política traz suas peculiaridades na respectiva Portaria normatizadora, e a do PSF trouxe elementos além da modalidade fundo a fundo que foram corrigidas em outra portaria. Informou que pensando nisto foi feito contato com o Ministério da Saúde, que nos encaminhou representantes no mês de maio com o propósito de fazer a cooperação técnica que vem sendo desenvolvida com a equipe do Fundo Nacional de Saúde para organizar e reestruturar, esclarecer o entendimento sobre o fundo e como opera-lo, porém não responderam nossas necessidades, foram feitos novos contatos com o subsecretário de Planejamento e Orçamento do MS, expondo a situação e solicitando orientação. O Sr. Astério esclareceu que não é ele quem burocratiza o serviço, ele apenas operaciona o processo, cumpre o que esta normatizado, ele monta o processo, encaminha para o financeiro que prepara toda documentação e na hora de pagar se as certidões estiverem vencidas o processo vai para o controle interno, que devolvem para ele que ficou com a incumbência de cobrar a documentação. A Sra. Luiza falou que para o setor de Planejamento está claro o que é repasse fundo a fundo, porém para o tribunal de contas do Estado não, e a proposta deles é fazer um trabalho envolvendo o tribunal de contas e outros visando dirimir os conflitos sobre o entendimento sobre o repasse fundo a fundo. A Sra. Áurea questionou o atraso do repasse do Programa Escolas Promotoras de Saúde que é estadual e de baixo custo, e a Sra. Luiza esclareceu se é fundo a fundo, está na mesma situação. A Sra. Aurea entregou ao Dr. Gismar copia do documento que as agentes escolares de saúde entregaram para o governador no "Governo Mais Perto de Você" informando os atrasos. Informou que o governador após averiguação disse que o Estado não deve nada a Araguaína e iria verificar junto ao município sobre destinação deste dinheiro, e que as agentes acham que o Governador estava sendo enganado porque não acreditam que ele dissesse algo que não fosse verdade e isto gera uma falta de credibilidade do Município e acrescentou que fará uma reunião com as agentes e que elas querem levar o problema á televisão. A Sra. Luiza citou que desde 2002 o Estado vem se comprometendo com Araguaína com o Saúde do Escolar, com o programa Leite é Vida, Casa Nova Dignidade e Saúde, Erradicação da Chagas, Manutenção do Laboratório, concluído que historicamente o Estado nunca se esquivou de colaborar com os Municípios. E a Sra. Aurea afirmou que o Estado deve 2004 para o Laboratório e que em 2005 não Realizou convênio. E o Sr. Gismar afirmou que o Estado não é obrigado a fazer convênios, só faz se for conveniente às partes, que não adianta o município pressionar, se o Estado não tiver condição de

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108109

110

111

112

113114

115116

117118

119

120121

122

123

124

125

126

127128

129

130

131

132

133134

135

136

137138

139

140

firmar convênios, não firmará. A Sra. Áurea disse que não é uma questão pressionar, que ela esta em varias reuniões da CIB e representa a região norte do Estado e eles querem respostas. O Sr. Gismar afirmou que sobre este convênio é negativa e que o Sr. Astério poderia prestar esclarecimento, e a Sra. Áurea continua dizendo que o assunto convênio foi motivado pela fala da Luiza que citou o Laboratório, mas ela não esta cobrando isto, o que querem é a resposta do documento que acabaram de entregar a Sra. Margareth sobre as pendências dos repasses do Estado. E acrescentou que as reuniões da CIB sempre tem sido conduzidas com muita educação e que ela nunca desrespeitou ninguém e acredita que devem continuar desta forma. O Sr. Gismar continuou dizendo que esta em atraso e não tem verba para pagar PSF e HPP, que quando tiver dinheiro pagará. Que está revendo o orçamento do Estado, tirando dinheiro de outras Secretarias para poder cumprir o compromisso. Que o problema é financeiro e orçamentário. O Sr. Furtunato afirmou que nisto ele acredita, que é uma conversa honesta e esclarecedora. A Sra. Maria Luiza lembrou que já havia informado sobre dificuldade financeira do Estado em função da queda na arrecadação, o que não havia satisfeito o COSEMS. O Sr. Gismar disse que fez um levantamento e que realmente esta faltando um pequeno percentual no repasse do PSF, por falta de dinheiro, mas o funcionário que é repassado ninguém considera, o Estado esta gastando em média R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) por ano para ajudar os municípios o que só será notado quando for retirado, deste, mais de R\$ 3.000.000,00(três milhões de reais) por mês são gastos com esses funcionários cedidos para os municípios e ninguém fala nada. E falou da necessidade de se fazer uma nova pactuação e retirar todos os funcionários que estão à disposição dos municípios, e colocálos nos hospitais para que os municípios tenham a contrapartida da pactuação feita dentro do Programa Saúde da Família. O que não pode é o Estado continuar tocando a saúde publica praticamente sozinho. Todos os município tem funcionários do Estado a disposição, principalmente Araguaína, Colinas, Porto Nacional, Palmas e Paraíso do TO. Que alguns vícios foram criados desde a criação do Estado, como a colocação de funcionários do Estado à disposição de municípios sem nenhum princípio técnico, que muitos municípios estão com funcionários ociosos, enquanto o Estado está precisando de profissionais, e está impedido de contratar, portanto é necessário fazer uma repactuação com os municípios para então manter a pactuação do PSF e concluiu que o problema é gestão/gerenciamento e que estas coisas não se mudam da noite para o dia. Então colocaram que esta havendo um equívoco pois os municípios não estão cobrando do Estado, mas sim do Ministério, querem o recurso dos HPPs que passa pelo Estado, O Sr. Gismar reconhece que o Ministério esta atrasado. A Sra. Maria Rosely disse que quando se trata de servidores cedidos para hospitais privados, caracteriza improbidade administrativa, o que é grave e que o Ministério Publico Brasileiro está traçando estratégias para recolher esses funcionários. O Sr. Gismar apresentou um relatório, informando que são mais de dois mil funcionários cedidos e que pediu para os prefeitos assinarem as frequências para se responsabilizarem com ele criminalmente se for o caso, e reforça que quer que traga para a reunião da CIB município por município quanto o Estado Gasta com funcionário cedido para manter a Saúde. A Sra. Áurea informa que olhou esta relação e viu que existem servidores que já não estão mais no Município na relação e que de jan/2005 tinha aproximadamente 135 funcionários cedidos e atualmente são 67 servidores. Enfatiza que nunca foi dito que o Estado não deu apoid quando teve oportunidade e que as áreas técnicas em todos os momentos estão ajudando, estão cobrindo e dando apoio aos municípios, o questionamento não é este. Encaminharam

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

documentação ao Ministério Público porque a um ano estão discutindo financiamento e precisam ter uma solução para isto. A Dra. Rosely disse que o Dr. Gismar afirmou que não tem dinheiro e questionou se vão continuar cobrando. A Sra. Áurea se queixou que os funcionários alegam que recebem informações de que Araguaína recebe os recursos e não repassa, o que não é verdade e causa transtorno para administração, querem que a coisa seja dita como esta acontecendo, hoje ela ouviu que a culpa da lotação do Pronto Socorro infantil e adulto e do hospital de Referência é da Atenção Básica mas se o financiamento esta fragilizado e responsabilidade é tripartite, ela não pode ser responsabilizada. Precisa de uma posição para junto com o Prefeito, traçar uma estratégia. O Sr. Evando esclareceu que do Financeiro da SESAU, quando questionado sobre os repasses de Araguaína, enviou uma copia da PD por fax para Araguaína, a quem estava perguntando e que até o mês de março o Saúde Escolar foi pago, porém não tem dinheiro para pagar o PSF e SAMU terá como movimentar alguma coisa a partir da próxima semana. O Sr. Gismar sugeriu que como tem o compromisso de financiar R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais) por equipe de PSF, o Estado ao invés de repassar o dinheiro, contrate os médicos e ou outros funcionários neste valor, assim estes ficariam vinculados a folha de pagamento do Estado e não atrasaria, que esta seria a saída para o Estado pagar e não atrasar, e pede um prazo até 15 de julho para verificar a viabilidade da proposta. A Sra. Áurea disse que assim se resolveria grande parte do problema. A Dra. Rosely questionou dizendo que não é o ideal e o Sr. Furtunato disse que Estado tem que colaborar com trinta por cento e que pode ser de qualquer forma, em dinheiro, medicamentos ou servidores, desde que cumpra os 33%. A Dra. Rosely disse que a NOB RH do SUS fala que o ideal é que o vinculo do servidor seja com o município e a Sra. Aurea acrescenta que numa situação em que o Estado não tem condições de repassar e o servidor deixa de trabalhar no Estado por falta de pagamento e se o Estado contratar ele não vai receber em atraso, ela é viável, pois precisamos colocar médicos na Rede. O Sr. Evando disse que o mais viável é Estado contratar os médicos que é mais difícil. O Dr. Gismar reforça que estão tentando buscar recursos de outras secretarias para manter os compromissos da Secretaria de Saúde, falou do agravante que foi a conquista do Plano de Cargos e Salários, que gerou uma despesa extra de R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) por ano. Falou que o Estado gasta em torno de 45 a 48 milhões de reais por mês, sendo 40 milhões é com folha de pagamento e o que está atrasado não é um volume tão grande, o que se precisa é da compreensão e paciência de todos até resolver o problema financeiro através do comitê do Estado, afinal 90% está saindo através da folha de pagamento do Estado. A Sra. Áurea questionou se o Estado poderá contratar estes profissionais em função da lei Eleitoral e foi esclarecido que a Saúde pode. O Sr. Odir disse que tem que se ter uma vigilância maior com relação a freqüência e ao local de trabalho desses profissionais, principalmente no que tange ao cumprimento da carga horária, que talvez assim se consiga melhorar o atendimento aos usuários e o salário destes profissionais sem precisar aumentar a quantidade. O Sr. Gismar lembrou que a pactuação foi feita logo após o Concurso e que tanto ele como a Dra. Rosely concordavam que tinha havido um equivoco pois como o Estado fez um concurso para dentista, sabendo que ele não possui nenhum gabinete odontológico, daí ele tentou não dar posse e repassar o dinheiro para os municípios contratarem quem eles quiserem, mas foi vencido pelas pressões e falou da dificuldade de se contratar e colocar outro para mandar, mas que a melhor saída do momento é o Estado contratar e repassar para o Município, principalmente para o pequeno. A Sra. Áurea disse que fez uma conta

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200201

202

203

204

205

206

207

208

209210

211

212

213214

215

216

217

218219

220

221222

223224

225

226227

228229

230

231

232233

234

rápida e afirmou que com certeza não recebe 90% do valor do repasse através de pessoal e que o desespero dos municípios é de não estar dando conta de fazer o financiamento da saúde básica. Que não tem mais como suportar pois o programa dos agentes escolares de saúde é um programa Estadual, e que as agentes estão sem receber o salário. A Dra. Rosely sugeriu que se corte o programa e o Sr. Gismar endoçou se não tem dinheiro acaba se com o programa, que esta é uma saída. A Aurea questionou sobre o SAMU, o Sr. Gismar disse que para o SAMU vai sair o dinheiro e falou que na próxima reunião trará uma lista detalhada por município mostrando a colaboração do Estado, e o quanto isto gera de despesas, que é preciso que os secretários municipais de saúde não se intimidem mediante a pressão às vezes do próprio prefeito, para que os 15% que são destinados à saúde, sejam bem aplicados na saúde, não sejam desviados para outros fins a exemplo de na mudança da gestão passada teve município que consumiu mais combustível do que poderia se ficasse acelerado 24hs por dia e o tribunal de contas parece que não percebeu, e afirma que mesmo com este atraso, o Tocantins é proporcionalmente o Estado que mais investe em saúde no país. A Dra. Rosely questiona se os municípios passarão os nomes dos médicos ou como será feito e o Secretário disse que vai conversar com o Governador, verificar o lado Jurídico e colocar na folha e acredita que se resolverá com um termo de ajuste de condulta com o Ministério Publico e do Trabalho e TER, que isto pode nos facultar fazer estas nomeações, o que evidentemente não eliminará o debito anterior. Questionado sobre os HPPs, pede um prazo pois acredita que até o dia 15 conseguirá repassar boa parte do dinheiro. O Secretário informou que se tem uma dificuldade com o numero de funcionários para poder manter os serviços e quando foi feito o plano de cargos e salários, foi criada uma situação para que os profissionais sejam mais exclusivos do serviço publico, e que sua idéia era chegar a oitenta horas, para os médicos fazerem plantão, pois 99% da saúde no TO tem que ser pública, lembrando que o médico no PSF tem 40h no município e só pode ter 20h no Estado, por limitação do MS. A Sra. Áurea lembrou que na reunião passada colocou que esta sofrendo um problema neste sentido, e ele se prontificou a posteriormente, verificar o que o Estado pode fazer e reforçou que o Estado não força nenhum médico a fazer Plantão, fazem se quiser e quantos quiserem. Houve um questionamento sobre cirurgias eletivas, a Secretária Municipal de Paraíso disse que os médicos só operam quando o município pagar. O Sr. Gismar falou que segundo uma resolução recente do COREN, os auxiliares e técnico de enfermagem não podem mais auxiliar em cirurgias, mas ele esta ajudando a pagar os médicos para auxiliar. Que a explicação que ele encontra, é os médicos estarem se recusando a operar, para forçar o paciente a ir para o hospital particular. Que o responsável pela negociação com os médicos é o Diretor do Hospital e que é preciso cobrar dele, mas acrescenta que esta situação é difícil de resolver pois os profissionais seguram o serviço, não produzem para transformar a demanda em atendimento particular, e esclarece que isso é ilegal e que se estiver acontecendo, deve se acionar o Ministério Público. A Sra. Alessandra de Pium falou de problemas enfrentados para marcação de alguns exames como o eletroencefalograma e algumas especialidades como pneumologista e reumatologista pois segundo o Sr. Madson, o recurso está em Palmas, O Sr. Gismar afirmou que algumas coisas como exames de ultra-sonografia e eletrocardiografia, podem ser resolvidos dentro da nova organização da regionalização, pois os aparelhos não são caros, e o Estado pode pagar os profissionais, caso sejam contratados, pois considera este custo mais baixo para o poder público e para a sociedade do que o de transporte, que juntos Estado e Município podem ajudar a

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

resolver o problema. Neste momento o Sr. Gismar se retira da reunião e a Sra. Margareth reassume a presidência ITEM 05 - Credenciamento de Laqueadura Tubária e Vasectomia no Hospital Municipal de Colinas; A área técnica emitiu parecer favorável e informou que toda documentação referente a este processo de credenciamento do Hospital de Colinas foi devidamente entregue conforme pactuado na CIB e avaliada pela Coordenação de Controle e Regulação e pela Atenção Básica. O Sr. Madson também emitiu parecer favorável observando que existe uma pendência com relação ao anestesista, e informou como flui o processo de credenciamento, que o Estado emite uma autorização, mas quem credencia é o MS de acordo seus parâmetros pré-estabelecidos e esclarece que se dentro da unidade tiver o cadastro de anestesista, de cirurgião, de urologista e tudo como na portaria do MS, ele habilita e autoriza, e que o nosso papel é apreciar os documentos apresentados para saber se o hospital trabalha a parte de planejamento familiar corretamente, se tem fluxo para isso e se tem acompanhamento de psicólogo, assistente social. E informa que o serviço está sendo feito dentro de uma unidade hospitalar de médio porte com 12 leitos para cirurgia, 14 leitos para obstetrícia, 14 leitos para clínica médica e deverá atender a sua microrregião segundo o PDR, o que esta correto. E assim foi aprovado por consenso. ITEM 06 - Aprovação e manutenção do Credenciamento de serviço isolado de quimioterapia no Hospital Padre Luso conforme Portaria SAS nº 741 de 19/12/05 : O Sr. Madson falou que após a visita técnica do INCA e dos técnicos da SESAU, estão solicitando a prorrogação da manutenção desse credenciamento por mais doze meses, para que possa estar se adequando as portarias do MS de acordo com o credenciamento. Foi aprovado por consenso. ITEM 07- Credenciamento do CACON de Araguaína: O Sr. Madson informou que este credenciamento já foi feito anteriormente, porém o MS lançou uma nova Portaria, e em função disto, se faz necessária uma nova pactuação na CIB para o novo credenciamento. E o Sr. Madson falou que a portaria nº 741 do MS abre as prerrogativas para estar trabalhando a quimioterapia isolada no Hospital Padre Luso e a Clinica Cirúrgica no HGP, mas questiona que o serviço deve ser integrado a radioterapia, Mas como a radioterapia em Araguaína e a parte cirúrgica e ambulatorial no HGP estão sob a mesma gestão, foi liberado o credenciamento para habilitação do HGP para cirurgias deixando a quimioterapia isolada no Padre Luso e a radioterapia em Araguaína, até que se estruture o HGP para fazer todos os serviços. E que não tem previsão de data. A Sra. Áurea manifestou sua preocupação sobre a possibilidade de Araguaína perder o credenciamento do CACON em função dos limites impostos pelas novas portarias Ministeriais. O Sr. Madson informou que realmente o MS soltou algumas portarias sobre o credenciamento de serviços de alta complexidade que escandalizou o País, que implicaria não só no descredenciamento do CACON de Araguaína, mas de muitos outros serviços no Estado, porém foram revogadas voltando a vigorar as portarias anteriores. Foi aprovado por consenso. Após questionamento da Sra. Áurea sobre problemas nos hospitais, a Sra. Margareth esclarece que esta faltando uma medicação da quimioterapia, em função de ter apenas um fabricante no país, e ser a base de um sal importado que está em falta, por problema no Porto de Santos com a ANVISA; a respeito de alegação de falta de equipamento no Hospital, atualmente o Hospital de Araguaína esta fazendo 650 cirurgias por mês, e há seis salas devidamente equipadas, porém existe uma disputa pelas quatro salas de cirurgia que estão com equipamento novo e uma tendência a deixar as outras duas obsoletas e esta questão deve ser resolvida pela gestão do hospital, acrescenta que não há nenhuma cirurgia da oncologia em espera. E a Sra. Aurea solicita

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328

que esta posição seja oficializada para ser repassada aos pacientes que ficam perdidos e sem respostas. A Sra. Margareth falou também que existe um cadastro de pacientes de fora do Estado que utilizam vagas do Estado que estão em tratamento e não pode ser interrompido o que gera dificuldades para o Estado. ITEM 08 - Alteração das Resoluções CIB 85/2005, 01/2006, 08/2006: O Sr. Madson solicitou a alteração de três resoluções da CIB: 01- no número da portaria de referência das duas resoluções da CIB nº 01/2006 e 08/2006 que dispõe sobre o credenciamento da alta complexidade em neurocirurgia no HGP de SAS 391, para Nº 756 de 27/12/05, pois a 756, alterou a 391, e o MS exigiu a mudança; 02- Alteração do modelo da resolução CIB 85/2005 que dispõe sobre cirurgia eletiva, aprovada em novembro de 2005, para adequar às exigências do MS que estabelece um modelo próprio. Foi aprovado por consenso. ITEM 09 - Informes: 9.1- Secretaria Executiva da CIB: A Sra. Sônia Menelik primeiramente entregou o material que o CES forneceu para distribuição sobre os direitos dos usuários de saúde e acrescentou que o material esta disponível em abundância no almoxarifado para os municípios. Informou também que sobre a questão da saúde prisional, o Sr. João Vicente já foi comunicado ao MP e está aguardando resposta; 9.2 - Informe Hemodiálise de Gurupi - A Sra. Margareth falou que Gurupi iria inaugurar a obra do prédio amanhã e que não acha viável pois não se inaugura prédio e sim o serviço, acrescenta que o serviço só estará pronto daqui a quarenta e cinco dias quando a máquina lavar toda a água da tubulação da osmose reversa, portanto não esperem esse serviço antes de sessenta dias, as máquinas estão sendo alugadas e esta sendo feito o contrato de prestação de serviço com a Fundação Pró-Rim. O treinamento dos profissionais que vão atuar no hospital já foi feito. E a osmose já foi instalada mas precisa desse prazo; 9.3 - Informe Vigilância em Saúde: A Sra. Ruth disse que foi procurada pelo Sr. Emival, Secretário de Saúde de Guaraí para falar sobre os laboratórios de Entomologia. Informou que o Estado recebeu na época da descentralização 28 laboratórios das antigas estruturas da FUNASA, que ficaram sob a gerência dos municípios que sua total autonomia e controle sobre os mesmos. E o Estado foi tentar estruturar sua equipe central de epidemiologia e o laboratório estadual de entomologia e outros. E hoje se nota que os municípios não conseguiram, como não conseguem se consorciar, os que possuem laboratórios equipados pelo estado se recusam a prestar o serviço pois os que enviam o serviço não querem pagar e isso é extensivo ao CCZ, outro problema é que os municípios regionalizados como Colinas, Araguaína e Arraias, sofrem com a rotatividade funcional, pois o pessoal após treinado, não querem trabalhar no laboratório, por não receberem indenização de campo, ou seja, querem ganhar diárias. Então estão buscando uma solução. A recomendação atual é para as secretarias municipais enviarem o seu material para o núcleo de entomologia estadual, reconhece que é um retrocesso mas no momento é melhor enviar para o Estado processar a ficar na situação que está. A Sra. Maria Luiza sugeriu que na próxima reunião da CIB o COSEMS e a SESAU, indiquem representantes da área de entomologia, para a formação de um grupo de trabalho, para elaborar uma proposta de viabilização esta situação, nesta data se definirá quando o grupo vai se reunir. Sugeriu que este documento fosse apresentado na CIB de setembro, o que foi acatado pelo plenário; 9.4 - Informe Raios-X de Gurupi - O Sr. Madson falou que devido o atual modelo de gestão de Gurupi, todo serviço de Raio-X do município está sendo realizado dentro do Hospital de Referência de Gurupi, pois é quem tem recebido o teto do Estado, e como a demanda está aumentando, o Sr. Madson solicitou ao Sr. Furtunato que providencie a compra de um dos serviços terceirizados em Gurupi, para

330

331

332

333

334

335

336

337

338

339

340

341

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

352

353

354

355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374

375

suprir a demanda, e cita os serviços cadastrados que são clinica São Rafael, Hospital Santa Catarina e Hospital São Francisco. Informou que a contrapartida do município, esta dentro do Hospital, e que só na média complexidade I de janeiro até agora foram realizados 4.612 exames de Raios-X e no M2 mais 670 exames. E pela complexidade de Gurupi, MI e M2 seria responsabilidade do Município. O Sr. Furtunato fez a defesa do município informando que na época foi acordado com o Dr. Petrônio que era para se abrir o serviço no ambulatório do PA de Gurupi, com a participação do Estado e do Município e o Estado não contribuiu com a sua parte. E justifica que o município nunca procurou fazer esse serviço, porque existe este acordo, disse que o Município é gestão Plena e que os aparelhos estavam no município e ficaram todos no Hospital, na ocasião que o Estado assumiu a gestão dos hospitais, na condição de que um se destinaria ao atendimento do município e o outro aos internos. Franqueada a palavra e não havendo nada mais a tratar, declarou-se encerrada a reunião às dezessete horas e cinqüenta e oito minutos. E para constar foi lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pela Senhora Presidente, e pelos demais membros presentes, nesta reunião.

Altoromagues Maria Linza Jelezar heire Aurer